

36º Encontro Anual da ANPOCS

GT 27 Pensamento Social no Brasil

**“Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos: convergências e
divergências na República de 1946”**

Juliane Rocha Lara

Introdução

O presente trabalho corresponde a um estudo comparado, abordando as convergências e divergências entre os autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, em obras específicas durante o período da República de 1946. O referido ano marca um momento que alguns historiadores já chamaram de “Redemocratização”, mas que, na verdade, pode ser caracterizado como o embrião da democracia em solo brasileiro. Foi durante essa fase inicial da democracia brasileira que elementos como o pluripartidarismo, as eleições e imprensa livres foram incorporados à estrutura política do país.

Pode-se considerar que os autores em questão tiveram trajetórias semelhantes no que se refere à postura contestadora do meio em que estavam inseridos. Ambos buscaram em suas obras, interpretações próprias sobre o Brasil, que refletissem a verdadeira história e aspectos relevantes na formação da estrutura política do país e não somente as teorias importadas da Europa.

Dois temas serão considerados centrais no que tange as convergências e possíveis divergências entre os autores: a esquerda brasileira e o nacionalismo. Para tal finalidade, serão focadas as obras *A Revolução Brasileira* e *A Crise do Poder no Brasil*, de Caio Prado e Guerreiro Ramos, respectivamente. Esquerda e Nacionalismo podem ser considerados temas recorrentes em suas obras e outros escritos, além de polêmicos quanto às suas conceituações, pois abrem possibilidades para diferentes abordagens e interpretações.

O trabalho parte do pressuposto, após leituras preliminares de algumas obras, de que há semelhanças entre esses autores no que se refere às produções realizadas por eles acerca da interpretação da história brasileira, seu contexto sócio-político econômico, e de um posicionamento contrário a uma determinada corrente de esquerda tradicional no Brasil, que seguia a linha soviética e não atentava para as particularidades do país, supostamente produzindo interpretações equivocadas e soluções indevidas para os problemas apontados.

Em 1946 se iniciou no Brasil o período conhecido como a Terceira República, que foi caracterizado como a primeira tentativa brasileira de desenvolver o processo político de acordo com um modelo democrático, mas é

importante apontar que as eleições nacionais de 1945 revelaram que a estrutura *Estado-novista* não havia sido rompida de forma completa, uma vez que foi o PSD (Partido Social Democrático, getulista e conservador) que elegeu Eurico Gaspar Dutra com 55% dos votos, e tal partido provinha dos quadros políticos do regime derrubado.

Pode-se afirmar que a experiência democrática desta fase de 1946-1964 foi limitada do ponto de vista socioeconômico, uma vez que para promover o desenvolvimento econômico do país, que estava enquadrado nos parâmetros do desenvolvimento capitalista, era necessária a associação com o capital estrangeiro e o aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Em meio a toda essa efervescência política e econômica sofrida pelo Brasil, que os autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, escreviam suas análises acerca de como os processos se davam e atentavam também para o aspecto social, que parecia rígido frente aos avanços econômicos.

Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior, propõe, em resumo, demarcar quais fatores do campo sócio-político econômico estavam na base atual dinâmica da história brasileira que eram suscetíveis a lançar com força a ordem dos acontecimentos rumo à revolução e também questionar meios e processos que seriam os mais propícios para estimular fatores e forças com o objetivo de alcançar as pretensões da revolução. Guerreiro Ramos afirmava que diante à formação histórica brasileira, para solucionar os problemas arraigados da nação era necessário primeiro mudar as estruturas internas que foram herdadas do sistema colonial para depois lutar contra a dominação imperialista. O autor apontava que a classe dominante brasileira, através de uma ideologia alinhada à ideologia dos países dominantes submetia o país aos anseios estrangeiros, tornando a economia brasileira de condição heteronômica.

Diante o exposto é possível dizer que Caio Prado e Guerreiro Ramos buscaram traçar uma interpretação do Brasil com base em sua formação, em suas singularidades, mostrando assim uma forte convergência dos autores acerca do *como pensar o Brasil e o que fazer para modificar estruturas arraigadas no nosso sistema*.

Caio Prado Júnior e “A Revolução Brasileira”

Caio Prado Júnior (1907-1990), membro de uma das famílias mais tradicionais da burguesia cafeeira de São Paulo, já aos 19 anos começou sua atuação política criando o Partido Democrático (PD), apoiando a candidatura de Getúlio Vargas em 1930. Mais tarde se voltou contra ao governo getulista, pois esse em sua visão não propiciava as mudanças desejadas de acordo com seus anseios políticos.

Questionava o modelo capitalista, pois desconfiava da verdadeira possibilidade de transformação sócio-política e econômica frente a esse sistema. Foi então que se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e a partir de sua adesão ao Socialismo sua vida e obra foram marcadas por militância e utilização do método do materialismo histórico, fortemente influenciado pelas teorias de Karl Marx. Com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, Caio Prado tornou-se vice-presidente da seção paulista, sendo que essa experiência marcou fortemente sua militância.

Em 1947 foi eleito Deputado Estadual pelo Estado de São Paulo, mas o PCB foi colocado na ilegalidade, e assim como os outros parlamentares do partido, Caio Prado Junior teve seu mandato cassado. Junto com amigos comunistas insatisfeitos com a política e com a interpretação do Brasil que o PCB realizava, a partir de 1955, a Revista Brasiliense foi publicada pela Editora Brasiliense, pertencente a Caio Prado e financiada com recursos próprios, sendo sua publicação interrompida em 1964 com o Golpe Militar.

Considerado por muitos na academia o primeiro historiador “marxista” brasileiro, Caio Prado apresentou ao longo de suas obras e de sua Revista Brasiliense uma específica interpretação do processo de *Revolução Brasileira* e combateu os marxistas que seguiam a linha soviética sem atentar-se à singularidade de colonização e formação do Estado com base em estruturas oligárquicas.

De acordo com as justificativas já apresentadas, o autor pode ser associado ao pensamento marxiano (e não marxista, considerando que essa corrente apresenta alterações do pensamento do alemão Karl Marx), uma vez que não se filiou às distorções do marxismo adepto à experiência socialista

vivida pela União Soviética. Caio Prado Júnior se apropriara do materialismo histórico para analisar o movimento histórico, e apontava a necessidade de se construir análises particulares com bases em teorias apropriadas ao país e não teorias gerais que prometem explicar casos diversos.

Sua obra “A Revolução Brasileira” publicada em 1966 revela que para o autor a Revolução Burguesa no Brasil se deu com a chegada da Família Real e vai até o Período Regencial. Para ele as quatro etapas principais da Revolução Brasileira são: a Independência política, a supressão do tráfico africano, a imigração de trabalhadores europeus e a abolição do trabalho escravo. Para o autor a definição de “revolução” é:

“Em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.11)

Ainda com relação ao significado e ao sentido da palavra *revolução*, o autor aponta que:

“Não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1º de abril de 1964 se enfeitou do nome de “revolução”. É que seus promotores sabiam, como sabem da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem em largas camadas da população brasileira”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.22)

E contrário à teoria clássica do Partido Comunista, que dizia que a revolução deveria ser comandada pelas camadas democráticas burguesas contra os resquícios feudais, Caio Prado afirma ser uma teoria inviável, já que nunca existiu feudalismo em terras brasileiras.

“O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 39)

Quando o autor propõe uma análise histórica brasileira, pretende tornar visível a história política e econômica, que são singulares e não possuem as

mesmas bases da tese do feudalismo no Brasil. A importação de modelos estrangeiros estava enraizada tanto nos aspectos políticos e econômicos, quanto nas soluções ideológicas para o atraso brasileiro.

Portanto, nota-se no discurso pradiano, a posição contrária à importação de modelos que os progressistas da Primeira República efetuaram, e assim contrária também à importação realizada pelos comunistas brasileiros de modelos soviéticos. Para o autor não existia de fato genuinamente nem progressistas nem burguesia nacional.

Caio Prado Júnior afirma que já nascemos com o empreendimento capitalista mercantil, ou seja, não ocorreram aqui todas as fases do capitalismo e as relações de produção aqui já são, portanto, de mercado.

“A economia agrária brasileira não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.79)

Cabe aqui a ressalva de que a escravidão no Brasil não compromete essa interpretação de que o país já nasceu capitalista, uma vez que não é o nível tecnológico nem o modo de exploração da força de trabalho que definem o modo de produção segundo a tese marxiana defendida pelo autor.

A tese combatida por Caio Prado é considerada por ele errônea devido ao fato de que representa uma falsa interpretação da política e da história brasileira, que foi mais tarde refletida na ação histórica e política do país que desembocou no Golpe de 1964, e manteve o Brasil no atraso por manter a mesma ideologia de países desenvolvidos.

A questão chave pradiana seria que não precisaríamos de uma Revolução Burguesa Brasileira para trazer o capitalismo, até porque o capitalismo já estava instaurado desde a formação do país como já foi dito anteriormente. O autor defende que haja uma Revolução para superar o capitalismo já existente, com a finalidade de se criar bases para o desenvolvimento nacional homogêneo entre as classes.

O ano de 1966 para Caio Prado marcava que:

“O Brasil se encontra em face ou na iminência de um daqueles momentos acima assinalados em que se impõem de pronto reformas e transformações capazes de reestruturarem a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas, e as aspirações da grande massa de sua população que, no estado atual, não são devidamente atendidas”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.12)

A partir desse trecho é possível verificar o posicionamento do autor quanto à necessidade de uma revolução que atendesse aos anseios da população há séculos não atendida pelos governos nacionais. E, além disso, conforme sua tradição, a revolução brasileira iria desembocar no Socialismo.

É possível em várias passagens notar o toque *nacionalista* de Caio Prado, mas propunha um desenvolvimento nacional homogêneo entre as classes. Além disso, ao analisar o período de governo do presidente Juscelino Kubitschek aponta com veemência “nunca se vira, e nem mesmo imaginara tamanha orgia imperialista no Brasil e tão considerável penetração do imperialismo na vida econômica brasileira.” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.25) Isso comprova que para o autor desenvolvimentismo era importante, ou até mesmo crucial para o país, porém que fosse um desenvolvimentismo nacionalista que não comprometesse a soberania, à custa de abrir as portas para o imperialismo norte-americano.

“Em conclusão, apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vêm acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 91)

Ao longo de sua obra o autor explicita a ideia de que no Brasil o sentido do processo econômico do desenvolvimento capitalista deveria ser essencialmente o da distribuição, e ainda que a economia não devesse ter seu funcionamento nas mãos dos interesses e da iniciativa privados, ou seja, mais uma vez reforçando o sentimento nacionalista que conduzia as interpretações pradianas.

Diante da análise dessa obra de Caio Prado foi possível visualizar o posicionamento *nacionalista* em seu discurso, e principalmente, no último capítulo do livro, intitulado “A Revolução e O Antiimperialismo”, o autor expõe sua noção de *nacionalismo*, no que tange à concepção de uma necessidade de revolução no país e na luta contra a condição de dominado que o Brasil se encontrava.

“No Brasil, a dominação imperialista tem raízes profundas que se projetam no mais íntimo da nossa vida econômica e social, e resulta de fatores e circunstâncias que vêm atuando ao longo de toda nossa formação e evolução históricas” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.185). Segundo o autor, portanto, nossas estruturas são fruto da condição colonial que se viveu e também da dominação imperialista, e sendo assim faria parte da *revolução* compreender que:

“Não nos podemos libertar da subordinação com respeito ao sistema internacional do capitalismo, sem a eliminação paralela e simultânea daqueles elementos de nossa organização interna, econômica e social, que herdamos de nossa formação colonial”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 187)

Para Helena Motta “O nacionalismo por definição une todos os segmentos sociais, e empurra para segundo plano os conflitos entre classes, setores, regiões, etc.”, mas a postura adotada pelo PCB em 1956 provocou fortes tensões dentro do partido:

“Ao abraçarem finalmente o nacionalismo, os comunistas estavam invertendo suas prioridades. Das duas “contradições principais” da sociedade brasileira (entre a nação e o imperialismo americano, e entre as forças produtivas em desenvolvimento e o sistema de produção semifeudal na agricultura) passam a enfatizar a primeira.” (BARRETO, 2000, p. 72)

O fato é que essa nova postura do PCB afirmava uma característica dual do nacionalismo que colocava em oposição “dois Brasis”: o moderno X o tradicional. Mas compreendendo o marxismo em sua plenitude, através da perspectiva dialética, quanto “mais capitalismo” mais seu contrário é produzido, ou seja, pertencentes a essa corrente como Caio Prado e parte dos filiados ao PCB entenderam que promover mais capitalismo seria a revolução brasileira.

Alberto Guerreiro Ramos e “O Problema Nacional do Brasil”

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) nasceu em Santo Amaro (BA) e ingressou nos cursos de Ciências Sociais e Direito no Rio de Janeiro por intermédio de uma bolsa concedida pela então Universidade do Brasil. Pode-se dizer que sua influência intelectual foi marcada pela tradição francesa, e mais tarde por Max Weber e pelo pensamento alemão. Entre os anos do segundo governo getulista (1945-1954), Guerreiro foi assessor do presidente e na mesma época se tornou membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Diferentemente de Caio Prado Júnior, Guerreiro tem pouco destaque na academia brasileira, principalmente devido ao seu embate com Florestan Fernandes, no que tange à discussão da proposta de sua sociologia “em mangas de camisa”, engajada em oposição à sociologia com rigor metodológico e afastada do cenário político militante. No Brasil, após a institucionalização da Sociologia, a pretensão maior e mais significativa dos intelectuais, principalmente os da USP, era a produção científica imparcial abastecida de rigor metodológico, em suma, a intelectualidade sem atuação política social, sem intervenção na sociedade a partir de um modo imparcial ideal de fazer sociológico que em geral, se restringia a identificação e descrição dos problemas sociais, uma prática difundida na época.

As Ciências Sociais brasileiras surgiram das mãos de intelectuais franceses e ingleses que trouxeram para o Brasil, com a formação do curso na USP, modelos teóricos pré-definidos na Europa e adequados à história europeia. Posteriormente no Rio de Janeiro, diferentemente dos intelectuais paulistas, os intelectuais da Sociologia representantes do ISEB pretendiam uma disciplina parcial, engajada e voltada para a atuação política. Desse que é um dos embates mais polêmicos até hoje nas Ciências Sociais brasileiras pode-se dizer que seu legado foi o esquecimento do autor baiano Alberto Guerreiro Ramos e uma Sociologia fortemente voltada para academia, negando alguns preceitos dos fundadores da Sociologia, como Émile Durkheim e Karl Marx. Guerreiro Ramos, nos anos 1960, se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sendo candidato Deputado Federal pelo Estado da Guanabara em 1962 conseguindo a segunda suplência, porém só permaneceu na câmara de agosto

de 1963 a abril de 1964, quando através do Ato Institucional nº1 teve seus direitos políticos cassados.

No que se refere à sua interpretação sobre o Brasil, Guerreiro Ramos afirmava que diante à formação histórica brasileira, para solucionar os problemas arraigados da nação era necessário primeiro mudar as estruturas internas que foram herdadas do sistema colonial para depois lutar contra a dominação imperialista. Devido a isso, o autor apontava que a classe dominante brasileira, não possuindo uma ideologia nacional, através de uma ideologia alinhada à ideologia dos países dominantes submetia o país aos anseios estrangeiros, tornando a economia brasileira de condição heteronômica, além de ter uma forte ausência das camadas populares na ocupação de cargos na burocracia estatal.

“O poder, entre nós, esteve, com exclusividade, nas mãos dos proprietários de terras, quando não havia no País senão um sistema ganglionar de unidades de produção desarticuladas e autossuficientes. Em tais condições, não havia vontade popular, não se podia formar o que Rousseau chamava de “vontade geral”. O sustentáculo do poder era as oligarquias, e do compromisso entre elas resultava o governo nacional”. (RAMOS, 1960, p.19)

O autor falava da necessidade de uma tomada de consciência para si, na escala individual e de classe “a tomada de consciência, por parte de um povo, da sua situação colonial, é indício de que já se esboçaram possibilidades concretas para superar essa situação” (RAMOS, 1987, p.54), mas acreditava que essa deveria ocorrer, principalmente, na escala povo/nação. Uma consciência nacional para si, para além das classes, que perpassasse as camadas populares, médias, que fosse além das elites dirigentes.

A obra “O Problema Nacional do Brasil”, de 1960, reúne aulas, conferências e textos de Alberto Guerreiro Ramos, que podem ser destacados como de inspiração na teoria de Karl Marx e também do pensamento alemão em geral, e que apontam temas como o nacionalismo, a modernização e o desenvolvimentismo. Em suas exposições presenciais ou textuais, Guerreiro realizava análises conjunturais acerca da estrutura social, política e econômica do país, além de se pronunciar a respeito do papel do sociólogo diante da nação.

Para ele, em 1822, com a Independência política do país o “problema nacional” ficou visível, impondo aos brasileiros a necessidade de rever e reformar as instituições instaladas e consolidadas pelo Estado português, e ainda, com a formação de um mercado interno as posições dominantes e dominados foram marcadas.

O tema do *nacionalismo* é abordado por Guerreiro Ramos como uma forma de uma comunidade elevar-se à apropriação total de si, promovendo uma consciência nacional do povo em geral e não somente das classes dominantes. O *nacionalismo* como uma espécie de empreendimento do país, que fortaleceria questões como a capacidade de autodeterminação da nação, ou seja, colocando o comando dos fatores da economia interna ao seu alcance.

Havia uma tensão entre forças centrípetas e forças centrífugas no Brasil, segundo Guerreiro Ramos, no que tange o plano econômico, e a partir de 1930 a tendência centrípeta começou a se tornar preponderante no dinamismo da economia brasileira. E somente na década de 1950, para o autor, o Brasil estava em vias de tornar-se um país efetivamente industrial, e assim alcançando o desenvolvimento associado à qualidade de vida. O autor compreendia a industrialização como um processo intimamente ligado ao nacionalismo, além disso, segundo Guerreiro Ramos “A industrialização deve ser entendida como categoria sociológica. Em tal acepção é um processo civilizatório, que se propaga por todos os setores da atividade econômica e não apenas pelo setor restrito do que normalmente se chama de indústrias.” (RAMOS, 1960, p.126).

Quando afirma que o desenvolvimento só se realiza pela industrialização, Guerreiro Ramos sugere nessa obra comparações entre as regiões do Brasil, em que a região centro-oeste apresentaria um péssimo índice global de desenvolvimento e a região sul inversamente, apresentaria o melhor índice. E deixa claro ainda que:

“É evidente que somente aquelas sociedades que, pela produtividade de seu sistema econômico, garantem à sua população um alto consumo de bens e serviços, possibilitam que o limite histórico da vida individual se aproxime do limite natural ou biológico”. (RAMOS, 1960, p.122)

Ainda que com grandes ressalvas, o Governo de Juscelino Kubistchek promoveu uma consolidação do processo de industrialização e desenvolvimento no país, e o autor de “O Problema Nacional do Brasil” realizou análises sobre a situação:

“O atual Governo da República assumiu feição distinta dos que o antecederam pelo esforço que realizava de aplicação programada de recursos públicos e privados em diferentes campos de atividade. Esta iniciativa por si só lhe dá um lugar incontestável em nossa história política e econômica. Daqui por diante nenhum governo poderá eximir-se de adotar o estilo da programação que, dessa forma, passou a ser exigência do povo brasileiro”. (RAMOS, 1960, p.179)

Mas sua crítica ao governo de Juscelino, ou sua indicação da necessidade de uma revisão crítica com relação a algumas de suas principais ações é evidenciada quando o autor afirma que as alavancas do sistema econômico não devem estar habilitadas ao capital estrangeiro, como ocorreu nos anos JK (1956-1961). Assim como Guerreiro acreditava, a corrente isebiana, em concordância com a CEPAL, defendia que o desenvolvimento “... era sinônimo de industrialização, deveria gerar um mercado interno ao voltar-se “para dentro”, contrariando os interesses do imperialismo e dos setores a ele vinculados, responsáveis pela agricultura de exportação”. (BARRETO, 2000, p.59)

José Saraiva Cruz, em seu texto “Guerreiro Ramos e a institucionalização democrática brasileira” aponta que Guerreiro, “assim como outros nacionalistas, era defensor de uma “terceira via”, organizada a partir da união dos países “não alinhados” frente à crescente bipolarização mundial e de uma opção política autóctone.” (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.127). Cruz expõe sobre Guerreiro Ramos que “seus embates à esquerda e à direita colocaram-no em uma posição delicadíssima, com poucos defensores, o que fez praticamente desaparecer dos currículos e das leituras da cátedra.” (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.128).

Guerreiro Ramos encarava o *nacionalismo* como um meio e não como um fim, pois através desse movimento político do povo que poderiam ser conduzidas outras transformações sociais tão necessárias ao país. Como movimento político das massas, pode-se entender claramente que para Guerreiro as teorias que tratavam o povo como incapaz eram descabidas, e que

a efetiva participação política consciente (que para o autor a consciência seria também derivada da atuação da Sociologia na educação dos jovens) seria também decisiva para o desenvolvimento da nação.

“Para Guerreiro a até então recente abertura à participação política popular deveria, com o tempo, proporcionar ao país a consolidação das instituições democráticas, a aceleração do progresso e a consequente superação do atraso e do resquício colonial.” (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.128)

O autor na obra em questão mostrou ser defensor do movimento emancipador popular do Brasil, mais uma vez apresentando que um processo político de superação de estruturas arraigadas e de desenvolvimento nacionalista visando a igualdade entre a população depende de seu povo e de uma ideologia nacional. O sociólogo apontou cinco características do movimento: nacionalista; de esquerda; transcende a realidade exclusiva de toda classe; dirigido pelo povo, por intermédio de sua vanguarda; democrático.

Diante do momento de incipiência democrática no Brasil, Guerreiro Ramos realizou análises, prescrições e também teorias de um desenvolvimentismo-nacionalista democrático para romper com estruturas passadas, criando um “novo” Brasil, lembrando ainda que o desenvolvimento econômico exigia um desenvolvimento político no país, com as classes mais conscientes e atuantes.

Diálogos entre Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos

Como já foi explicitado no início deste trabalho, a pesquisa sobre Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos envolve diversos temas convergentes entre eles, e o tema do *nacionalismo* é mais um desses que servem para traduzir suas visões, seus posicionamentos, e podem ainda, ser referencial para discutir questões atuais na sociedade brasileira quanto ao seu sistema político, sua economia e sociedade.

A perspectiva desses autores quanto a um processo revolucionário no Brasil também converge, pois eles tratam da revolução como um processo que,

como já se disse, eliminasse o que estava arraigado na estrutura desde os tempos coloniais, ou seja, permitisse que a história do país se iniciasse sem estar vinculada ao Estado português como nos tempos antigos, e permitisse desenvolvimento, além de sentimento e ação nacionalista.

O posicionamento de ambos quanto ao *nacionalismo* se refere a uma forma de enxergar um desenvolvimento da nação, que colocasse o povo como ator e que eliminasse os resquícios oriundos do passado colonial do país, posicionamento tal que se diferenciava do que se conhecia de perspectiva nacionalista dos conservadores do início do século XX.

Como analisou José Saraiva Cruz a respeito da visão de Guerreiro Ramos:

“A formulação do ideário do Nacionalismo-Desenvolvimentista surge da importância da chamada das massas à participação política e da necessidade de sua conscientização, considerada por alguns, como Guerreiro Ramos, imprescindível para a condução do processo que chamava de *Revolução Nacional*.” (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.131)

Para ambos o capitalismo já estava instaurado, mas as estruturas dominantes eram dos tempos coloniais, por isso era necessário uma ideologia, uma ação *nacionalista* que trouxesse a efetiva modernização para o país, inclusive modernizando suas estruturas, tornando-as compatíveis com a história e com os anseios da população, e enfim, trazendo o desenvolvimento, que seria acarretado por essa nova forma de conceber os atores políticos, colocando em cena a massa, que levaria todo esse processo a culminar em uma efetiva revolução brasileira.

Quando os autores esboçam interpretações e análises acerca do Governo de Juscelino Kubitschek apontam de forma convergente que a situação imperialista a qual o país foi submetido foi dada, pois não se lutou contra as estruturas internas, a industrialização foi promovida, mas sem atentar-se para as modificações que deveriam ser feitas internamente. Com um país de estruturas internas tão ultrapassadas e marcadas pelo domínio de poucos, certamente estaria mais suscetível ao domínio imperialista dos Estados Unidos da América.

Os dois autores supracitados ainda que pertencessem a núcleos diferentes do intelectualismo brasileiro (PCB e ISEB, mas são correntes que convergiram na interpretação do *nacionalismo de esquerda* da década de 1950), se aproximavam muito com relação a se oporem aos marxistas do Brasil, que eram adeptos fiéis da esquerda soviética. Pode-se colocar também os autores na corrente mais à esquerda da dita esquerda brasileira. O posicionamento deles era descolado da maioria dos esquerdistas, de forma que se pode encontrar em suas histórias semelhanças de rivalidades políticas e intelectuais.

A luta principal que se destaca desses autores é a necessidade de se atentar verdadeiramente para a história e a realidade do Brasil. Caio Prado reforça essa noção:

“É de esperar que desta vez, e advertidos pela experiência que hoje, mais do nunca, põe bem a vivo o erro cometido, que consiste em teorizar no abstrato e na base de modelos que não se enquadram na nossa realidade, é de se esperar que se proceda, de uma vez por todas, a uma rigorosa e honesta revisão da análise e interpretação dos fatos brasileiros, e à elaboração de uma teoria revolucionária que efetivamente se ajuste a esses fatos.” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.31)

É possível perceber em ambos os autores traços marcantes da teoria de Karl Marx em suas obras, principalmente quanto ao materialismo histórico, levando em conta sempre a situação histórica real, e à dialética, atentando para o movimento e a relação das estruturas do país.

“Essa maneira, dialética em essência, de ver as coisas, não exclui a previsão histórica – e o marxismo é essencialmente uma previsão: a do socialismo. E sim funda-a no presente resultante do passado, ou antes, na dialética do presente como projeção do passado e onde o futuro previsível já se encontra incluído e implícito nas contradições ocorrentes”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.34)

Ambos atentaram também para a necessidade de não se confundir *nacionalismo* com posturas xenófobas. Como “verdadeiros” seguidores de Karl Marx propunham combater o sistema interno, que possuía estruturas do período colonial, inserir no contexto político um sentimento nacionalista, para efetivar a modernização, a industrialização, colocar o povo no cenário de atuação, e por

fim, ter as ferramentas mais adequadas na luta contra o domínio imperialista e ao sistema capitalista.

Nacionalismo e Brasil sob as perspectivas dos autores Caio Prado e Guerreiro Ramos

Pode-se afirmar que a experiência democrática desta fase de 1946-1964 foi limitada do ponto de vista socioeconômico, uma vez que para promover o desenvolvimento econômico do país, que estava enquadrado nos parâmetros do desenvolvimento capitalista, era necessária a associação subordinada com o capital estrangeiro e o aumento da taxa de exploração da força de trabalho. E Wanderley Guilherme dos Santos lembra que “se bem seja o problema da remessa de lucros questão de efetiva importância, não se esgota aí toda a problemática derivada da penetração imperialista em economias atrasadas”. (SANTOS, 1963, p. 33), ou seja, há mais aspectos a serem analisados nesse assunto.

Em *História Econômica do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1945, o autor expõe sobre o imperialismo:

“A evolução do imperialismo no Brasil (como no resto do mundo) é assim contraditória. Ao mesmo tempo que estimulou as atividades e energias do país, e lhe forneceu elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, foi acumulando um passivo considerável e tornou cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação. Mas também, favorecendo aquele progresso, acumulou no Brasil os fatores com que o país contou e continua contando para sua definitiva libertação. O Imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação.” (PRADO JÚNIOR, 2006, p.283)

Mais a frente, com relação às eleições de 1960, Caio Prado Junior não proferiu nenhum comentário sobre as candidaturas de Jânio Quadro e do Marechal Lott, mas após a vitória de Jânio, como apresentou Fernando Limongi em seu artigo *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense*, Caio Prado quebrou o silêncio e escreveu na Revista:

...uma crítica contundente e devastadora à ação política dos grupos nacionalistas. A vitória de Jânio encerraria uma lição definitiva para as forças nacionalistas: a condenação do populismo, do personalismo clientelista, da "situação que vem desde a Revolução de 30". A causa nacionalista e popular, portanto, precisa dissociar-se das "correntes políticas genericamente conhecidas por 'populismo', que nada mais constituiriam de fato, apesar de sua aparência e designações, que um sistema de interesses personalistas mantidos à custa de favores do Estado". (LIMONGI, 1987, p.43)

De forma semelhante, Guerreiro arriscou dizer após a eleição de Jânio que "O povo, no último pleito, conduziu-se como severo pedagogo político. Não renegou propriamente os nacionalistas. Impôs-lhe, em caráter urgente, uma lavagem de cérebros". (RAMOS, 1961, p.137)

As estruturas sociais rígidas no Brasil que se perpetuaram desde os tempos coloniais influenciaram não somente o processo político, na sua dinâmica coronelista, clientelista, patronal, mas também, nas decisões políticas, nas alianças e até mesmo na forma de conduzir posicionamentos nacionalistas, por exemplo, de forma "deturpada", uma vez que uma pequena elite se aproveitava da difusão do sentimento nacionalista para continuar com as mãos no processo decisório econômico e servindo-se ao capital estrangeiro.

Por isso, o que Alberto Guerreiro Ramos apontava firmemente era que "O nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época lutam por libertar-se da condição colonial. Eles adquiriram a consciência de sua restrita capacidade auto determinativa e pretendem exercê-la em plenitude". (RAMOS, 1960, p. 225).

Guerreiro listou as formas possíveis de *nacionalismo* e assim descreveu:

O nacionalismo de circunstância é a modalidade de oportunismo. Não tem sido raro em nosso meio. Entreguistas contumazes têm sido algumas vezes participantes e até líderes de campanhas ocasionais cujo teor nacionalista é indiscutível. Levam-nos a essas posições interesses específicos e concretos e não propriamente convicções doutrinárias. Assim procedem, de modo circunstancial, porque objetivam vantagem imediata. Continuam, porém, entreguistas no tocante a outras questões. A adesão desses elementos a campanhas restritas não lhes são intrinsecamente prejudiciais, desde que sejam conduzidos e não condutores". (RAMOS, 1960, p. 251).

Pode-se associar esse *nacionalismo de circunstância* apontado por Guerreiro, com o trecho em que Wanderley Guilherme dos Santos afirma que

“Em tais condições, não é de estranhar que se procure dar à campanha anti-imperialista um conteúdo tal que sua tese mais geral poderia ser formulada do seguinte modo: o mercado nacional para as empresas nacionais”. (SANTOS, 1963, p.33).

Tais afirmações corroboram para a compreensão de que o *nacionalismo* de que se serviram no Brasil não foi em benefício da Nação, do mercado nacional, mas sim muito em função das empresas nacionais, da mesma elite que se perpetuou há séculos no país.

O autor falava da necessidade de uma tomada de consciência para si, na escala individual e de classe “a tomada de consciência, por parte de um povo, da sua situação colonial, é indício de que já se esboçaram possibilidades concretas para superar essa situação” (RAMOS, 1987, p.54), mas acreditava que essa deveria ocorrer, principalmente, na escala povo/nação. Uma consciência nacional para si, para além das classes, que perpassasse as camadas populares, médias, que fosse além das elites dirigentes.

Para ele, em 1822, com a Independência política do país o “problema nacional” ficou visível, impondo aos brasileiros a necessidade de rever e reformar as instituições instaladas e consolidadas pelo Estado português, e ainda, com a formação de um mercado interno as posições dominantes e dominados foram marcadas.

O posicionamento tanto de Caio Prado quanto de Guerreiro com relação ao *nacionalismo* se refere a uma forma de enxergar um tipo específico de desenvolvimento da nação, que colocasse o povo como principal ator e que eliminasse os resquícios oriundos do passado colonial do país, posicionamento tal que se diferenciava do que se conhecia de perspectiva nacionalista dos conservadores do início do século XX. Percebe-se na interpretação de ambos os autores, a constatação de uma tendência democrática na conjuntura política nacional da época, em resumo, com uma valorização do povo e seu caráter como protagonista na história política do país, ausente no passado.

Ao mesmo tempo em que se pode associar o pensamento de Caio Prado e Guerreiro, posto que muitas vezes foram convergentes, o contexto histórico e suas trajetórias pessoais por vezes os afastaram. Mas isso não pode ser utilizado para excluir o argumento que se constrói nesse trabalho. Conforme

demonstrou Fernando Limongi, a Revista Brasiliense, a qual Caio Prado pertencia, apesar ter a maioria de seus associados como membros do PCB, não proferia referências ao Partido, nem mesmo ao sistema partidário vigente. Com a tendência esquerdista crescente dentro do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Revista e Instituição se aproximaram, ainda que nenhum membro do ISEB fizesse parte na R.B., com a exceção de Guerreiro que chegou a escrever um artigo nela. Porém, após a saída de Guerreiro do ISEB, seus livros que antes eram favoravelmente resenhados, passaram a ser fortemente criticados.

Reforçando o caráter nacionalista facilmente encontrado nos argumentos de Caio Prado, é possível afirmar na Revista Brasiliense o *nacionalismo* foi apontado como central desde seu Manifesto de Fundação, em que pretendia ser uma revista:

...em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos" e que tenham por objetivo a superação do "atraso econômico do país visando a melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura. (LIMONGI apud Manifesto de Fundação, R.B., n.º1, 1955, p. 1 e 2)

Guerreiro Ramos, que também difundia sua postura nacionalista, após sua saída do ISEB proferiu críticas contundentes, uma vez que passou a analisar que o movimento nacionalista, defendido por correntes e instituições não passava de fenômeno de superfície, adquirindo o caráter circunstancial. Afirmou que "A inconsistência do nosso nacionalismo é, assim, menos reflexo da inconsistência psicológica dos seus líderes do que expressão de condições estruturais gerais da sociedade", mais uma vez reforçando a necessidade de mudanças nas estruturas arraigadas e problematizando as consequências negativas para o país, caso a forma como se colocava a questão nacional não sofresse modificações:

Reveladores do caráter laxo do nosso nacionalismo são numerosos fatos, que seria ocioso mencionar. Até o momento em que escrevo estas linhas, temos entre as repartições públicas, uma, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, mais conhecido sob a sigla ISEB, considerada o Santo Ofício do nacionalismo, que chegou mesmo a funcionar como agência doutrinária. O nacionalismo, que implicaria a reforma radical do Estado vigente, impondo inclusive a mudança dos titulares do poder, nem por isso deixou de lograr enquadramento burocrático oficial. Maior paradoxo ainda é a circunstância de muitos nacionalistas não reconhecerem haver incompatibilidade entre o exercício da função de catedrático de nacionalismo (sim, há catedráticos de nacionalismo no Brasil) e a de advogado da Ligth, nome por que é conhecida neste país a empresa concessionária estrangeira do ramo de eletricidade, símbolo da exploração colonialista. Pois, nos últimos meses do Governo Kubitscheck, líderes do antigo “aparelho” nacionalista chegaram a propor para o cargo de diretor do ISEB, um professor desse estabelecimento que era ao mesmo tempo revendedor da Shell e funcionário do serviço jurídico da Ligth. (RAMOS, 1961, p.121)

A respeito das eleições de 1960, sobre a disputa entre Jânio e Lott, Alberto Guerreiro Ramos, influenciado por ideias pradianas que enfatizavam a dicotomia nacionalismo-entreguismo (tal dicotomia tem origem no estudo de Caio Prado sobre como se dava o desenvolvimento econômico brasileiro, apresentada em sua obra *História Econômica do Brasil*, de 1945) afirmou que:

“Houve um momento em que os nacionalistas conseguiram aglutinar as diferentes tendências e interesses em dois polos: o entreguismo e o nacionalismo. Tudo indicava que o problema sucessório iria ser colocado em termos da polaridade: estabilidade ou desenvolvimento”. (RAMOS, 1961, p.123).

Wanderley Guilherme de forma clara argumentou:

Enfim, a luta anti-imperialista, para os militantes do povo é, estrategicamente, uma luta que visa a extirpar da vida brasileira as condições que permitem a existência de práticas monopolistas. Alcançando este objetivo estará liquidada simultaneamente a espoliação imperialista no Brasil, pois só há exploração imperialista onde há prática monopolista (SANTOS, 1963, p.38)

E mais:

A luta anti-imperialista consequente implica na estatização de todas as empresas estrangeiras que operam nos setores chaves da economia, assim como no confisco e nacionalização de todas as demais empresas estrangeiras e ramificações, as quais, de acordo com os interesses nacionais, poderão reverter ou não à economia privada nacional – o pequeno comércio, empresas de prestação de serviços, etc. Eis aí o objetivo estratégico numa luta anti-imperialista consequente. (SANTOS, 1963, p. 40)

O argumento de Wanderley Guilherme dos Santos converge para o pensamento geral da intelectualidade brasileira mais tendenciosa à esquerda, pois segundo os preceitos dessa corrente, a sociedade deveria se desenrolar rumo ao socialismo, de forma que a luta contra o imperialismo deveria ir além do regime capitalista.

E isso tudo se apresenta como forte consequência do que Luiz Werneck Vianna chamou de *revolução passiva*, já que segundo sua tese, no Brasil o que houve foi uma revolução pelo alto, induzindo a modernização econômica da intervenção política, mas implicando em uma conservação do sistema político brasileiro.

Uma breve crítica sob a ótica de Caio Prado e Guerreiro

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* abordam na obra a questão do desenvolvimento dependente das nações periféricas da América Latina. Partindo dessa ideia exposta por eles, por um lado é certo que a história de formação do Brasil definiu sua dependência e submissão em relação às nações ditas desenvolvidas. Mas contrariando a *teoria da dependência*, em seu sentido restrito, que não atenta para as soluções, com base em argumentos dos autores centrais desse artigo, pode-se dizer que se um governo assume características verdadeiramente nacionalistas e democráticas, baseado em um *nacionalismo de esquerda*, poderá promover o real um desenvolvimento da nação, de forma a reduzir a dependência em relação ao centro e promover o desenvolvimento das forças produtivas internas

a fim de concorrerem igualmente no jogo da economia mundial. Dessa forma, o grau de desenvolvimento ou subdesenvolvimento estaria relacionado não à dependência do país em relação ao centro, mas às políticas internas estabelecidas para a mudança dessas estruturas que reproduzem a dependência e a dominação.

Teorias como essa de Fernando Henrique e Faletto colaboram em certa medida para a manutenção da situação de periferia e submissão de países com histórias coloniais. Uma das propostas claramente visualizadas em Caio Prado e Guerreiro Ramos garantir aos países periféricos uma condição de mudança, de desenvolvimento, que os permitirá ao menos uma tentativa de distribuição igualitária dos recursos da nação.

O governo *nacionalista*, proposto com base em Caio Prado e Guerreiro, seria aquele que acredita mais na soberania da própria nação do que nas ameaças estrangeiras, que não se volta aos interesses particulares dos governantes quando volta o olhar para sua lógica interna, pois esse tipo de comportamento já teria sido extinto através de uma ideologia de esquerda, que privilegia a igualdade como horizonte, e para tal, o único interesse permitido seria o coletivo.

Um governo *nacionalista de esquerda* tende a apontar como prioridade a política econômica autônoma, a valorização do trabalhador, a soberania nacional, conduzindo a nação para seu fortalecimento e atentando para questões mais cruciais da população como um todo. Pode-se dizer que entre as duas formas de *nacionalismo*, a de direita e a de esquerda, a corrente de esquerda é a que fomenta a industrialização maciça, a tecnologia, o desenvolvimento de forças produtivas nacionais e o máximo aproveitamento da união dessas forças produtivas tal como do comércio justo e racional com demais nações, proporcionando o bom relacionamento externo.

Considerações finais

Com base nos autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, é possível dizer que uma Política Econômica Nacionalista para ser efetivamente voltada a atender às necessidades internas de um país deve não só atentar para suas particularidades, mas também deve estar em conjunto com uma política reformista das estruturas sociais do país, em alguns momentos até mesmo de ruptura.

No Brasil, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que surgiu no fim da década de 1940, tinha como preocupação básica buscar a explicação para o atraso da América Latina frente aos demais países, para enfim superá-lo. O pensamento da CEPAL, difundido por seus teóricos, influenciaram em grande medida os governos latino-americanos e um dos seus pareceres, era de que deveria haver políticas voltadas ao desenvolvimento industrial, mas não somente isso, um desenvolvimento voltado para o mercado interno, ou seja, tornar o Estado o principal agente promotor do desenvolvimento do país.

Mas como foi possível notar, Caio Prado e Guerreiro propunham algo que fosse além do desenvolvimento econômico, divergindo das teorias da CEPAL, em alguma medida. Segundo os autores, o país necessitava mais do que investimentos na indústria interna, não seria somente a indústria a trazer o desenvolvimento do país. O argumento chave para eles era trazer o centro decisório da economia para “dentro” da nação, como forma de emancipar a população do domínio imperialista. Além de emancipar a nação da influência imperialista, condições mais reais estariam sendo materializadas para que o desenvolvimento fosse igualitário.

Tal influência imperialista teria aos poucos diminuído no Brasil, muito em função também do rearranjo mundial e do processo de globalização. Hoje o país se encontra industrializado, com economia forte e potencial de crescimento.

Porém muitas características das estruturas sociais do passado continuam presentes nos dias de hoje.

O esforço maior da política econômica atual tem sido o de gerar crescimento de forma mais igualitária, não somente do ponto de vista utópico, mas daquilo que é possível dada as atuais contingências em que o Estado brasileiro se encontra. Atualmente, pode-se dizer que há uma maior intervenção estatal na economia, em síntese, uma maior regulação por parte do Estado. A redistribuição de renda e a universalização do acesso à importantes aspectos daquilo que se compreende hoje por qualidade de vida tem sido cada vez mais permitido a uma maior parcela da população.

Repensar o nacionalismo nos dias de hoje talvez seja muito mais complexo do que antes, as variáveis que interferem nas políticas econômicas são muitas e necessitam cuidado ao analisá-las. O nacionalismo pode não ter sido de fato o que os autores esperavam, porém continua sendo uma ferramenta importante para a construção das nações em um sentido amplo.

Referências Bibliográficas:

BARRETO, Helena Motta Salles. Crise e Reforma do Estado Brasileiro. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, pp.37-84.

BOTELHO, André. & SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Organizadores). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.

COMBLIN, José. *Nação e Nacionalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1965.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. *Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GELNNER, Ernest. *Naciones y Nacionalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1990.

JAGUARIBE, Helio. Nação e Nacionalismo no Século XXI. *Estudos Avançados* 22 (62), 2008.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

LIMONGI, Fernando. *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Junior e a Revista Brasiliense*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, p. 27-46, 1987.

LOVATTO, Angélica. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe — os tempos do ISEB. *Lutas Sociais*. 3, 1996, pp.59-88.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

_____ *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1954.

- _____. História Econômica do Brasil. 48ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Crise do Poder no Brasil (Problemas da revolução nacional brasileira)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- _____. *A Redução Sociológica (Introdução ao estudo da razão sociológica)*. 2ª edição (corrigida e aumentada). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007. pp.131-153.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF: Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.
- _____. *O Problema Nacional do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Reforma Contra Reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963. p. 31-44
- SENTO-SÉ, João Trajano. & PAIVA, Vanilda. (org.) *Pensamento Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p.127-150.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2 edição. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- _____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. (org. WRIGHT MILLS, C. E GERTH, H.H.) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.